

APRESENTAÇÃO

O volume que ora chega às mãos do leitor trata de uma temática especialmente cara aos educadores brasileiros. Estamos quase no final da primeira década do século XXI e não vimos mudanças substantivas na área da Educação. A ênfase nas avaliações de desempenho, na consecução de metas, na comparação de indicadores e a busca da gestão eficaz parece se sobrepôr à discussão da função social da escola e de seus limites e possibilidades numa sociedade de classes. Muitos projetos são apontados como continuidade das políticas entre os governos Lula e Fernando Henrique Cardoso (FHC). Contudo, compreender como governos com programas distintos e algumas propostas antagônicas desenvolvem ações e programas semelhantes requer uma abordagem mais ampla que contemple suas múltiplas determinações, os interesses em disputa, o papel dos organismos multilaterais na formulação de políticas públicas regionais e nacionais. Certamente há a presença de interesses econômicos que apostam em uma homogeneização da política nos vários países, interesses que afirmam um processo de “globalização das políticas educacionais” para a qual a “globalização econômica” provê a racionalidade.

Na contracorrente dessa perspectiva, acreditamos que não podemos passar ao largo das questões econômicas e da situação de dependência ao capital internacional de um país periférico, como é o caso do Brasil. Também não fazemos coro às teses ancoradas no determinismo tecnológico. Entendemos que as noções de “empregabilidade”, “primazia das demandas do mercado”, “competências”, “competitividade global”, “flexibilidade”, “reconversão” e “profissionalização” foram largamente utilizadas para justificar as transformações produtivas, a Reforma do Estado e, por conseguinte, as reformas no campo educacional. Dessa matriz derivaram explicações e prescrições padronizadas como a do “protagonismo docente responsável”, precedidas de uma argumentação linear: “a educação precisa ser reconvertida, o educador profissionalizado, o sistema de ensino gerenciado eficazmente”. Um vocabulário comum é utilizado para disseminar novas referências universais e explicar de modo similar as reformas que geram impactos muito distintos em diferentes regiões do globo. Os *slogans* e eufemismos não têm, entretanto, o condão de obscurecer as implicações e os

efeitos deletérios que gera nos diferentes países, dependendo da sua posição na divisão internacional do trabalho, das opções políticas dos governantes dos Estados em aderir, adaptar, filtrar, discutir com a sociedade a política ou simplesmente implementar o que lhes aprouver ou estiver acordado nos compromissos com agências multilaterais.

Aspectos dessa problemática, relativos sobretudo às políticas de formação e trabalho docente, são abordados no Dossiê *Política Educacional, Formação e Trabalho Docente*.

Entre as contribuições de pesquisadores latinoamericanos para o Dossiê estão os artigos de Pablo Imen, argentino, e de José David Alarid Dieguez, mexicano. No texto **Políticas educativas y modos de trabajo docente en Argentina: un recorrido por las imposiciones y resistencias entre la reproducción y la emancipación** Imen analisa algumas das relações existentes entre política educacional e trabalho docente na Argentina. Sua análise toma por base as novas regulações do trabalho docente e as respostas oferecidas pelos professores que encontraram em suas práticas pedagógicas um importante espaço de produção de contra-hegemonia ao longo da história até os anos de 1990. Dieguez, em **Los maestros de educación básica en México (D.F.) ante la reestructuración del sector educativo**, aborda as conseqüências da reestruturação induzida pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional na educação mexicana. A modernização proposta produziu a reconfiguração das condições do trabalho docente na educação básica, particularmente na remuneração diferenciada. Como Imen, o autor analisa as estratégias articuladas pelos professores para fazerem frente a tal situação.

Também os autores brasileiros se dedicam ao tema da formação e do trabalho docente. Adriana Duarte, no artigo **Trabalho docente na rede municipal de ensino de Belo Horizonte: análise da produção acadêmica** faz uma revisão das dissertações de mestrado que têm como foco a Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte no período de 1986 a 2006. As investigações estudam a docência focando vários pontos: a organização do trabalho escolar; o processo de trabalho; o desenvolvimento individual e coletivo de atividades; os efeitos para a saúde do professor; o perfil das professoras das séries iniciais. Entre os elementos convergentes Duarte destaca: pouca eficácia dos mecanismos de decisão coletiva; dificuldade de implantar espaços coletivos para discussão, proposição e execução do

trabalho docente; distância entre as prescrições para o trabalho docente e as condições de trabalho e demandas dos alunos; responsabilização individual dos docentes pelos resultados; intensificação do trabalho provocando angústia e adoecimento dos docentes.

Outro ponto importante relativo ao tema foi abordado por Suze Scalcon no texto **O pragmatismo e o trabalho docente profissionalizado**. Resultado de uma investigação sobre formação de professores no Brasil, a partir dos anos de 1990, a autora indica o conceito de profissionalização como central na reforma educacional. De outro lado, tematiza seu tratamento epistemológico na produção publicada em periódicos *Qualis* Internacional A, entre 1996 a 2005.

Mônica Ribeiro da Silva e Cláudia Barcelos de Moura Abreu no artigo **Reformas para quê? As políticas educacionais dos anos 90, o “novo projeto de formação” e os resultados das avaliações nacionais** discutem a reforma educacional a partir dos anos de 1990. Nele evidenciam – como Dieguez acerca do México – a presença de organismos multilaterais na formulação de políticas nacionais cujo objetivo último é aproximar a educação escolar das demandas econômicas. O estudo das autoras foca dois aspectos: a formação de professores e o sistema de avaliação nacional. A problemática da formação docente também é discutida por Olinda Evangelista em **Conhecimento e Diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia no Brasil**. Abordando a recente reforma do Curso de Pedagogia, de 2006, reflete sobre as relações entre formação para a docência e produção de conhecimento. A autora assinala que o segundo aspecto, na Licenciatura em Pedagogia, é secundarizado, concorrendo para o esvaziamento epistemológico da educação e o recuo teórico na formação da inteligência na área.

Dois outros artigos compõem o Dossiê *Política Educacional, Formação e Trabalho Docente* – **Planejamento da educação: orientação global x ação local**, de Elisângela Alves da Silva Scaff, e **Politização do cargo de secretário municipal de educação no Estado de Santa Catarina: mudanças ocorridas no perfil profissional – 1994-2004**, de Magda Vianna de Souza e Marta Luz Sisson de Castro. Scaff estuda o impacto do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola), componente do Programa Fundescola, em nível local. Para a autora, entre as mudanças na escola contam-se a racionalização do planejamento; o aumento da participação

da comunidade; a melhoria das condições de trabalho; a autonomia local incipiente. Contudo, foi possível às escolas estudadas “driblar” o programa e até inviabilizar a consecução de seus objetivos. Souza e Castro apresentam o perfil sócio-educacional dos Secretários Municipais de Educação de Santa Catarina entre 1994 e 2004 e as alterações sofridas pela função ao longo do período, ressaltando a perspectiva gerencialista na atuação dos Secretários em detrimento da pedagógica na primeira década do século XXI.

Fecha este Dossiê o artigo de Cezar Luiz de Mari – **Sociedade do conhecimento: ideologia acerca da resignificação do conhecimento** – no qual discute a terminologia *sociedade do conhecimento* e sua emergência após a II Guerra Mundial. Sua chegada ao Brasil, na década de 1990, articula-se à reforma da educação superior. Para o autor, há aproximação entre ciência e demandas do capitalismo numa perspectiva utilitária e instrumental do conhecimento. Esta concepção produz e legitima políticas educacionais de equidade, desenvolvimento e alívio da pobreza. Contudo, não consegue esconder seu objetivo de monopólio do conhecimento pelas elites dominantes.

Articula-se à temática do Dossiê entrevista com Dermeval Saviani, intitulada **O Curso de Pedagogia e a formação de educadores**. Nela o professor expõe suas idéias sobre a formação do educador no Brasil, ao longo de sua história, e explica sua posição política em relação à reforma sofrida pelo Curso de Pedagogia no Brasil, expressa na Resolução CNE/CP 01/06 que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

O interesse da *Perspectiva* com este Dossiê é trazer à consideração do leitor artigos que possam colaborar para a compreensão da educação brasileira e dos interesses que dão sustentação aos projetos da política educacional no Brasil cuja continuidade não pode ser buscada nas denominações ou nos discursos governamentais divergentes. Nas palavras de Moraes (2007, p. 7):

Interessa-nos, aqui, denunciar e desacreditar este conjunto de interpretações que, por sua incapacidade constitutiva de compreender os profundos desajustes sociais e educacionais como resultado das próprias relações sociais, acaba por atribuir a sua existência seja à natureza, ao Estado, à perversão da vontade

privada, à incompetência do professor, às precárias condições da escola etc. Aliás, é este o contexto da crítica ao perfil tradicional do professor “esclarecido” – o que possui uma visão global do saber, conhece seus fundamentos, possui critérios epistemológicos, exerce sua racionalidade crítica e, sobretudo, está investido do direito de ensinar – e à escola, como efetivação prática dessa racionalidade.

Eneida Oto Shiroma
Olinda Evangelista

Referências

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Indagações sobre o conhecimento no campo da educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd, 30, 2007, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPEd, 2007.